



Atuação sindical em tempos de incremento da superexploração da força de trabalho: trajetória e resistência do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza – STICCRMF¹

Natan dos Santos RODRIGUES JÚNIOR²
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar os novos desafios para a atuação político-sindical dos trabalhadores na indústria da construção civil, em Fortaleza, considerando o aprofundamento da crise econômica no Brasil, em 2015, e os circuitos de superexploração da força de trabalho nos processos do Golpe de 2016. Para tanto, recupera-se a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza - STICCRMF, em um processo complexo e não-linear do movimento de constituição da identidade de classe, inserido nas idas e vindas da conjuntura da luta de classes no País, em especial no contexto da aprovação e implementação da Reforma Trabalhista de 2017. Este trabalho tem por metodologia a pesquisa bibliográfica e o diálogo com autores do campo da Sociologia do Trabalho brasileira, tais como Ricardo Antunes, Giovanni Alves e Armando Boito Jr; pesquisa documental de arquivos do STICCRMF; e entrevistas com diretores da referida entidade sindical. No contexto de acirramento da precarização do trabalho na indústria da construção civil em Fortaleza, os processos de resistência protagonizados pela classe trabalhadora somente podem ser compreendidos, em sua inteireza, quando consideramos o papel articulador e organizador desempenhado pelo STICCRMF. De fato, ao longo de seus quase 80 anos de existência, este sindicato se consolidou como decisivo instrumento de luta, não apenas em prol da conquista e efetivação de direitos e melhorias nas condições de labor, mas também em relação ao complexo processo de avanço da consciência de classe da categoria de trabalhadores que representa.

Palavras-chave: Sindicalismo; Golpe de 2016; Superexploração da força de trabalho.

1 Introdução

A crise internacional que abalou o capitalismo, em 2008, como expressão da crise estrutural do sistema metabólico do capital (MÉSZÁROS, 2009), segue em curso, mediante ritmo e intensidade diferenciada entre as regiões do planeta, agravada com a crise sanitária imposta pela pandemia do novo Coronavírus, a revelar e aprofundar, de forma dramática, as abissais desigualdades sociais que marcam a civilização do capital. De fato, tal crise, que teve os EUA como epicentro, deslocou-se geograficamente dos centros para as periferias do sistema, impondo

¹ Trabalho apresentado no GT 05 – Precarização: transformações e crises nas relações sociais do trabalho do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – UFC. Bolsista CAPES. E-mail: natan.srj@gmail.com



circunstâncias ainda mais dramáticas às nações dependentes, a exemplo do Brasil, ao acirrar a dominação imperialista, aprofundar o padrão exportador de especialização produtiva (OSÓRIO, 2012) e incrementar a superexploração da força de trabalho (MARINI, 2005).

No Brasil, tal crise ocorreu em um momento de inflexão política, durante o segundo governo de Luis Inácio Lula da Silva (2007-2010), com a adoção do “ciclo de articulação de políticas de ajuste e neodesenvolvimentismo” (CARVALHO; GUERRA, 2015). Em verdade, é uma inflexão nos processos de ajuste brasileiro, com a tentativa de hibridização de políticas fincadas na ortodoxia neoliberal e políticas neodesenvolvimentistas, de caráter heterodoxo. Assim, adotou-se, à época, receituário social-liberal, marcado pelo aumento da intervenção do Estado na economia e nas expressões da questão social, ao mesmo tempo em que os pilares da ideologia neoliberal mantinham-se intocáveis, nos circuitos da abertura econômica, superávit primário e juros exorbitantes.

Neste contexto de crescimento econômico e significativas políticas de enfrentamento à pobreza, a indústria da construção civil foi, ao lado dos setores relacionados ao agronegócio e à mineração, elemento-chave da dinâmica econômica brasileira. É digno de nota o fato de que, em 2009, em meio à deflagração da crise internacional no ano anterior, a indústria da construção civil ter dado mostra de vitalidade, ao alcançar a variação de 7% no PIB, em contraposição ao setor industrial brasileiro, em geral, que apresentou forte queda neste mesmo ano.

A expansão e a modernização na indústria da construção civil, no Brasil, pós-crise de 2008, esteve largamente ancorada nas obras públicas e nos incentivos estatais, a exemplo do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), das obras para a Copa do Mundo do Brasil, em 2014 e dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. A reestruturação produtiva, em curso no setor, com uso de maquinarias modernas, novos materiais e racionalização na gestão do trabalho aumentou a produtividade das grandes empresas, ao mesmo tempo em que demandou uma menor contratação de trabalhadores em fases específicas do processo produtivo, a despeito do importante aumento da geração de empregos no setor, tomado em sua totalidade, no período de 2007 a 2014. Em outras palavras, apesar da indústria da construção civil configurar-se como um setor tradicional marcado, historicamente,



pelo uso intensivo de força de trabalho, ao longo da última década assistiram-se, neste ramo da produção industrial, expressões da acumulação flexível (HARVEY, 1992) que caracterizam o capitalismo contemporâneo, inclusive, com o agravamento da tendência de substituição de trabalho vivo por trabalho morto.

A expansão da indústria da construção civil, entre 2010 e 2014, não se refletiu em melhorias substanciais nas condições laborais dos/as trabalhadores/as. As mudanças operadas no bojo do modelo toyotista, em um contexto de desemprego estrutural, aumentaram o nível de sujeição dos/as trabalhadores/as, sobretudo os categorizados como “peões”, frente às exigências das empresas. O medo iminente da perda do emprego é fator de submissão dos homens e mulheres que vivem do trabalho na construção civil. Desse modo, a ampliação do exército industrial de reserva cumpre o papel de pressionar a favor do incremento da superexploração da força de trabalho neste ramo da produção industrial.

O aprofundamento da crise econômica no país, a partir de 2014, retraiu a capacidade de investimento estatal, atingindo fortemente o setor da construção civil. É a crise brasileira contemporânea, como chão histórico dos processos que culminaram no Golpe de 2016 e seus graves desdobramentos, inclusive, a eleição do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, a comandar o País, a partir de 2019. A rigor, o Brasil vivencia, em 2020, uma confluência de crises, marcado pelo aprofundamento da crise econômica, em articulação com a crise sanitária, provocada pela pandemia do Covid-19, crise social, com alarmante aumento das desigualdades e violências, e crise política, mediante aumento da escalada autoritária do Bolsonarismo.

Neste peculiar contexto de confluências de crises, os processos de resistência contra as manifestações da superexploração da força de trabalho, protagonizados pelos trabalhadores e trabalhadoras da indústria da construção civil, somente podem ser compreendidos, em sua inteireza, quando consideramos o papel articulador e organizador desempenhado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza - STICCRMF. De fato, ao longo de seus quase 80 anos de existência, este sindicato se consolidou como decisivo instrumento de luta, não apenas em prol da conquista e efetivação de direitos e melhorias nas condições de labor, mas também em relação ao complexo processo de avanço da consciência de classe da categoria de trabalhadores que representa.



Desse modo, o objetivo deste artigo é refletir sobre os desafios e perspectivas para a atuação sindical, no âmbito da indústria da construção civil em Fortaleza, em tempos de superexploração da força de trabalho na contemporaneidade brasileira.

2 Metodologia

Este artigo é resultado de pesquisa bibliográfica e do diálogo com autores do campo da Sociologia do Trabalho brasileira, tais como Ricardo Antunes, Giovanni Alves e Armando Boito Jr. Conto, ainda, com revisão de literatura a partir das produções de pesquisadores que se debruçaram sobre a história do STICCRMF, bem como de pesquisa documental de arquivos do STICCRMF.

Para a feitura deste artigo, me valho de entrevistas realizadas no âmbito de minha pesquisa de mestrado: com um diretor sindical, em março de 2018; um ex-diretor sindical, entrevistado em julho de 2018; e outro diretor sindical, entrevistado em abril de 2019. No texto, identifico as falas utilizando nomes de militantes de esquerda que lutaram contra a ditadura empresarial-militar no Brasil (1964-1985). Assim, para o diretor entrevistado em março de 2018, utilizo a denominação de Prestes; para o ex-diretor do sindicato, Lamarca e o diretor sindical entrevistado em abril de 2019, Montenegro

3 A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza: dos aos iniciais à vitória da oposição sindical em 1989

Fundado em 1940 e reconhecido legalmente desde 1941, no contexto da Era Vargas e do Estado Novo (1937-1945), o STICCRMF era, no início da década de 1980, segundo o trabalho da socióloga Maria Furtado, um “ilustre desconhecido da grande maioria dos operários entrevistados em nossa pesquisa, sendo que 58% deles nem sequer conhecem o sindicato” (FURTADO, 1985, p. 248). Apesar de conflitos pontuais existentes nos locais de trabalho entre patrões e trabalhadores, é possível afirmar que, inicialmente, durante mais de quarenta anos, predominou no STICCRMF uma concepção e prática sindical afeita à colaboração de classe, em sintonia com a estrutura sindical corporativista erigida durante o Estado Novo (1937-1945), sob a liderança de Getúlio Vargas.



De fato, se é verdade que o projeto político nacional-desenvolvimentista e industrializante liderado por Getúlio Vargas não poderia excluir totalmente os trabalhadores urbanos, a constituição da estrutura sindical corporativa visava interferir na organização sindical destes. As crescentes lutas operárias empreendidas pelos trabalhadores brasileiros nas primeiras décadas do século XX, inicialmente sob hegemonia de organizações anarquistas, posteriormente sob liderança do Partido Comunista Brasileiro - PCB, precisavam ser contidas e controladas em níveis aceitáveis pela classe dominante, seja pela via da cooptação de lideranças operárias e o atrelamento completo dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, seja pela repressão e violência estatal. Esta interferência estatal provocou clivagens profundas no movimento sindical brasileiro. Em linhas gerais, é possível afirmar, segundo o cientista político Armando Boito Jr, que o sindicalismo brasileiro está dividido, desde 1930, em dois grandes campos: o campo do peleguismo e o campo do sindicalismo combativo. Estes dois campos são assim caracterizados por Boito Jr (1996, p.82):

De um lado, há o campo do peleguismo. Fruto da estrutura sindical corporativa de Estado, esse campo é composto pelos dirigentes sindicais cuja prática é essencialmente governista. São politicamente conservadores, combatem as correntes reformistas mais avançadas e as correntes revolucionárias, e, no plano da ação reivindicativa, distribuem-se num espectro que vai da passividade completa, ponto no qual se situa a maioria dos pelegos, à ação reivindicativa moderada e localizada. Os pelegos são a esmagadora maioria dos dirigentes sindicais brasileiros, mas têm como habitat típico, ainda que não exclusivo, os sindicatos menores e mais fracos. De outro lado, temos o campo politicamente bastante heterogêneo das correntes sindicais reformistas e revolucionárias, cuja unidade provém, fundamental e minimamente, da orientação combativa que implementam no plano da ação reivindicativa. Dependendo do período considerado, as correntes integrantes e as correntes dirigentes desse campo variam. Estão ou estiveram nele os comunistas, os nacionalistas, os socialistas e, mais recentemente, os cristãos de esquerda e os petistas. O sindicalismo combativo é, em termos numérico, minoritário, mas é hegemônico nos sindicatos mais importantes do país.

Nesta divisão de campos do movimento sindical brasileiro, proposta por Boito Jr, podemos afirmar que, até 1988, o STICCRMF esteve localizado no campo mais conservador do cenário político-sindical, de acordo com relatos e pesquisas históricas sobre a referida entidade (MENDES, 1994; NÓBREGA, 2006).

Somente em 1975 foi aprovado, pela Delegacia Regional do Trabalho do Ceará, o primeiro documento estatutário do STICCRMF, no contexto da repressão da ditadura empresarial-militar. Já em seu primeiro artigo fica patente a concepção que rege a entidade:



Artigo 1º- O sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Fortaleza, com sede e foro em Fortaleza, Estado do Ceará, é constituído para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria profissional dos TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, na Base territorial de Fortaleza, Estado do Ceará, conforme estabelece a legislação em vigor sobre a matéria e com o intuito de colaboração com os poderes públicos e as demais associações, no sentido da solidariedade de classe e da sua subordinação aos interesses nacionais (NÓBREGA, 2006, p. 58).

Este artigo está em total coadunância com o que previa a legislação sindical oficial do País e expressa a ideologia da colaboração de classes e da subordinação ao Estado. Os Artigos 3º e 4º do Estatuto de 1975 não deixam maiores dúvidas, quando afirmam serem deveres do sindicato e condição de seu funcionamento, respectivamente:

Artigo 3º- a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social; b) manter serviço de assistência judicial para os associados; c) promover a conciliação nos dissídios do trabalho; d) promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito; e) fundar e manter escolas de alfabetização e pré-vocacionais (NÓBREGA, 2006, p. 59).

Artigo 4º- a) observância das leis e dos princípios de moral e compreensão dos deveres cívicos; b) abstenção de qualquer propaganda, não somente de doutrinas incompatíveis com as instituições e candidaturas a cargos eletivos estranhos ao Sindicato; f) abstenção de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas em lei, inclusive as de caráter político-partidária; g) não permitir a cessão gratuita ou remunerada da sede, móveis, utensílios e pertences de qualquer ordem à entidade de caráter político-partidária; h) não poderá filiar-se a organizações internacionais nem com elas manter relações, sem prévia licença concedida por Decreto do Presidente da República, na forma da Lei (NÓBREGA, 2006, p. 59-60).

Desse modo, é possível constatar que o primeiro estatuto do STICCRMF se alinhava de maneira explícita ao chamado “campo do peleguismo”, ao expressar não apenas a ideologia da colaboração de classes, mas também a ênfase no assistencialismo sindical e na despolitização dos trabalhadores, bem como a subordinação ao Estado ditatorial. É bem verdade que os estatutos dos sindicatos, à época, que não se submetessem ao que previa legislação oficial poderiam não ser reconhecidos pelas Delegacias Regionais do Trabalho, sofrendo o risco de intervenção direta do Estado. A questão, porém, é que esta ideologia da colaboração de classes não estava restrita apenas às letras frias e formais do Estatuto, mas ganhava substância real na prática cotidiana do STICCRMF, como demonstra o fato de que esta entidade sindical somente viria a construir a primeira greve dos



trabalhadores da indústria da construção civil de Fortaleza em 1989, quando o sindicato passa a ser dirigido pelo grupo que conformava, até então, a Oposição Sindical, que vencera as eleições para diretoria do ano anterior (MENDES, 1994). Contudo, mesmo em meio a um cenário local avesso ao livre debate e marcado pela conciliação de classe, os ventos da mudança a nível nacional também se faziam sentir nos locais de trabalho da construção civil em Fortaleza.

A insatisfação contra a ditadura empresarial-militar, acumulada ao longo da década de 1970, em especial após o esgotamento do chamado “milagre econômico” (1969-1973), que deixou o saldo de forte repressão política, violência estatal e arrocho salarial, fez emergir um novo período de mobilizações populares, que envolveu todos os setores da sociedade: movimento estudantil, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Associação Brasileira de Imprensa – ABI, setores da Igreja, trabalhadores urbanos e rurais, intelectuais.

A fundação da CUT, em 1983, junto com as fundações do PT, em 1980 e do MST, em 1984, expressou o novo momento da luta de classes no Brasil, no início da década de 1980. Boito Jr aponta elementos deveras importante:

A CUT, durante a década de 80, lutou para implementar uma estratégia sindical de combate à política de desenvolvimento pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária do Estado brasileiro. A CUT foi gradativamente consolidando, a partir do seu congresso de fundação, em 1983, e até o seu terceiro congresso regular, em 1988, uma plataforma de transformações econômicas e sociais antagônica à política de desenvolvimento do Estado brasileiro, além de intervir de modo ativo na luta pela democracia. (BOITO JR, 1996, p. 86).

A nova central, portanto, conseguiu hegemonizar e dar direcionamento às lutas do período, articulando importantes lutas econômicas e políticas e teve papel de destaque no processo constituinte que resultou na Carta Magna de 1988.

A dinâmica nacional de acirramento do conflito de classes teve decisivo impacto nas lutas travadas pelos trabalhadores da indústria da construção civil de Fortaleza. Em 1988, três trabalhadores da empresa “Águasolhos Consultoria” e militantes do Coletivo Gregório Bezerra – CGB dão início à empreitada [de construção de uma Oposição Sindical]: Jânio Vidal, engenheiro consultor, Valdênio Caminha e Manuel Farias, ambos desenhistas (MENDES, 1994; NÓBREGA, 2006).

Ainda segundo Nóbrega (2006), o programa da Oposição defendia, entre outros pontos:

A diminuição da jornada de trabalho e o fim desta aos sábados, o pagamento dobrado das horas extras, quando havia denúncias de



subvalorização destas, a emissão de recibos de pagamento e o aprendizado das leis trabalhistas, por onde o trabalhador poderia ter um maior controle dos descontos salariais no contra-cheque, a formação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, a estabilidade empregatícia (numa categoria aonde a rotatividade era imensa), as propostas de intensificar a interlocução entre o sindicato e os trabalhadores e a capacidade de sensibilizar e promover uma identificação com a categoria, tudo isso se configura num poderoso mecanismo de sensibilização dos trabalhadores (2006, p. 98).

Após meses de trabalho de sensibilização dos trabalhadores, de março a outubro de 1988, o grupo de Oposição Sindical participou das eleições para diretoria do STICCRMF, marcadas para ocorrer em novembro do mesmo ano. Disputaram as eleições a Chapa 1, representando a situação, liderada por Mariano Nunes, e a chapa 2, composta pela Oposição Sindical. Ocorrida, finalmente, a votação, o resultado, divulgado no dia 12 de novembro de 1988, não deixou dúvidas:

Quatro dias depois, Mariano Nunes provavelmente deveria estar pensando na ingratidão dos “companheiros trabalhadores”, pois uma vez apuradas as urnas, eles demonstraram resolutamente que não queriam o seu apoio: votaram 5.653 trabalhadores (metade da categoria apta a votar – um recorde impressionante), sendo 666 para a chapa 1 (representando 12,3% dos votos válidos), 4.734 para a chapa 2 (87,7% dos votos válidos), 173 votos nulos e 80 em branco. Uma surpreendente e acachapante vitória da oposição (NÓBREGA, 2006, p. 106).

Iniciava, a partir daí, uma nova etapa na trajetória do STICCRMF, sob o signo de uma práxis político-sindical marcadamente classista.

4 A resistência na década neoliberal: a greve de 1995 como marco histórico de uma tradição combativa no STICCRMF

Uma das primeiras iniciativas da nova diretoria foi a realização do I Congresso dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Fortaleza, realizado na sede do sindicato entre os dias 05 e 06 de agosto de 1989. A realização deste I Congresso, com a participação de mais de 100 delegados eleitos em cada local de trabalho (NÓBREGA, 2006), demonstra uma nova concepção sindical em curso na entidade, a promover um diálogo entre os trabalhadores sobre suas experiências, desenvolvendo avanços na consciência de classe.

Apoiados nesta nova práxis político-sindical, cujo eixo central era a contradição inconciliável entre capital e trabalho, a nova diretoria do STICCRMF organizou a campanha salarial de 1989, dirigida na perspectiva de redundar na primeira greve da categoria, em agosto do mesmo ano. Segundo Mendes (1994)



essa seria a primeira greve da história da construção civil de Fortaleza, em 49 anos de existência do seu sindicato.

Embora não tenham conquistado toda a pauta de reivindicações, os trabalhadores da construção civil obtiveram importantes vitórias, tais como reajuste salarial, fornecimento de refeições no local de trabalho, equipamentos de segurança, discussão e conquista da jornada de trabalho de quarenta horas semanais e reconhecimento das comissões de obras com estabilidade no emprego (MENDES, 1994; NÓBREGA, 2006).

Os trabalhadores da construção civil de Fortaleza adentram, dessa forma, à difícil década de 1990, obtendo importantes conquistas no âmbito das relações de trabalho. No entanto, a ofensiva neoliberal, a partir da eleição de Collor, em 1989, impôs grandes desafios ao sindicalismo classista. Em 1990, 1991 e 1992 caíram a produção, o emprego e os salários. A recessão 1990-92 contribuiu para que a atividade grevista diminuísse muito – se em 1990 um total de 12,4 milhões de pessoas tinham participado de greves em todo o país, em 1991 esse número caiu para 8,8 milhões e, em 1992, despencou para apenas 2,9 milhões (BOITO JR, 1996). O movimento sindical sentiu o impacto da nova conjuntura e adentrou em um período de refluxo das greves, em comparação com a década anterior. Esta diminuição da atividade grevista se acentuou, em especial, a partir da eleição de FHC, em 1995.

Soma-se a isto, as mudanças no cenário sindical, com a criação da Força Sindical (FS), em 1991, como uma central oponente à CUT e que atua protegida pelas benesses dos governos neoliberais. A nova conjuntura impôs um recuo ao movimento sindical, levando-o a concentrar as lutas na defesa de direitos historicamente conquistados. Desse modo, a corrente hegemônica na CUT, a Articulação Sindical, passou a defender o que ela denominou de "sindicalismo propositivo" ou "sindicalismo cidadão", em que o movimento sindical assumia a tarefa de propor "alternativas concretas" para os dilemas da política de desenvolvimento. Essa nova estratégia sagrou-se vitoriosa no interior da Central e saiu consolidada do IV Congresso da CUT, realizado em São Paulo, em setembro de 1991.

É neste contexto de forte ofensiva conservadora e progressiva adaptação à ordem neoliberal por parte da CUT que os trabalhadores da construção civil



desenvolveram, ano após ano, sua práxis sindical classista e aprenderam a se organizar na luta pelos seus direitos. A greve se tornou parte da cultura de uma categoria que passou a acreditar em suas próprias forças. Esse acúmulo de experiências e aprendizados culminou na campanha salarial e na greve de 1995, lembrada, até hoje, entre operários, diretores, funcionários e apoiadores, como a maior greve da história, até hoje, do setor da construção civil em Fortaleza, com duração de vinte e três dias úteis (trinta dias corridos). O diretor Prestes, em entrevista, assim relata esse período:

Na época que eu comecei no sindicato não tinha nem lugar pra comer, não tinha direito a refeitório, nós não tinha nem direito a EPI, que é equipamento de segurança individual como capacete, meia, bota, tudo, fardamento. A gente não tinha direito a água potável, a gente fazia o pote pra tomar água da torneira, né? Porque lá não tinha direito ao bebedor. Então a minha luta nos anos 90, eu com meus companheiros, na época, foi pra adquirir tudo isso, e que agora, praticamente, parou nisso aí, né? Parou nisso aí (Prestes, março de 2018)

Montenegro, um jovem dirigente do STICCRMF, também nos informa sobre esse difícil período:

O Sindicato sempre teve a categoria ao lado porque é um sindicato que conquistou muitas coisas que não tinham até 1995. Em 95 foi que conseguiu muitas coisas... não era minha época, mas era a época dos veteranos, e eu ouvi muito isso dos veteranos dentro dos canteiros de obra, antes mesmo de eu ser dirigente sindical eu já escutava isso... que antigamente os operários trabalhavam sem EPI, não tinham fardamento, usavam roupa própria, não existia capacete, muitas vezes eles mesmos é que tinham que arrumar ou comprar pra se proteger; não tinham botas, muitas vezes usavam só o chinelo... E tinha muito acidente de trabalho. A alimentação, geralmente, eles é que levavam, uns levavam gordura, outros levavam ossada, levava o feijão, levava o arroz e fazia, muitas vezes, não era nem na panela, era em lata de tinta ou em lata de querosene, no “pé do muro”. E quando iam comer, geralmente, era dentro do capacete e bebiam água no próprio capacete. Era uma coisa assim desumana e o trabalhador lutou para mudar (Montenegro, abril de 2019).

Percebemos a importância que assume esta greve no imaginário da categoria, um verdadeiro símbolo da luta, com a elaboração de uma memória desta experiência coletiva, repassada entre as gerações de trabalhadores, dos “veteranos” aos “mais novos”. Ainda que Montenegro aponte, também, as dificuldades na preservação desta memória da luta:

E hoje em dia muitos trabalhadores, como eu, que sou novo, mas eu vejo muita gente nova na categoria, que não passou o que os veteranos passaram e “não tão nem aí”, porque já pegaram tudo mastigado, tudo já ali na mesa. Conseguimos, nessa época, refeitório, cadeira, água gelada no bebedouro... (Montenegro, abril de 2019).



O movimento grevista desenvolveu táticas para enfrentar a intransigência dos patrões e a truculência e repressão policial das forças de segurança do Estado do Ceará, governado pelo empresário Tasso Jereissati. Dentre as táticas utilizadas durante o movimento estava a utilização do fundo de greve, organizado pela diretoria sindical após o movimento paredista de 1990, para o aluguel de carro de som, ônibus, distribuição de vales-transporte para os trabalhadores irem e voltarem todo dia durante a greve e a compra e distribuição de cestas básicas, fundamentais em um movimento de longa duração. Além da infraestrutura necessária para a luta, a constituição de redes de solidariedade foi fundamental, com ajuda recebida do conjunto do movimento operário, popular, de parlamentares de esquerda, de estudantes e de partidos progressistas.

As conquistas, que configuram esta greve como “a greve!”, no imaginário dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza, dizem respeito tanto às já citadas melhorias nas condições de trabalho, no tocante à alimentação, uniformes e equipamentos de segurança, como conquistas no âmbito econômico, a saber: aumento do piso salarial de R\$ 85,00 para R\$ 125,00, sendo que o meio-profissional multiplica esse valor por 1,25, enquanto o profissional multiplica por 1,60; o desconto dos vales transportes diminuiu para 3,6% em setembro e 3,0% a partir de fevereiro de 1996; e as horas extras tiveram um adicional para 55% sobre a hora normal (pela Lei, seria 50%) (NÓBREGA, 2006).

A trajetória de combatividade desta aguerrida entidade sindical se manteve, ao longo dos anos 2000, em meio às reconfigurações políticas e ao apassivamento da CUT, bem como à eleição de Lula ao comando do Executivo Federal, em 2002.

5 O movimento sindical da construção civil de Fortaleza na Era do “lulismo”

O desgaste do projeto neoliberal, no início dos anos 2000, configurou o cenário para a vitória de Lula (PT), nas eleições presidências brasileiras de 2002, representando a esperança de mudança para milhões de trabalhadores brasileiros.

A relação da burocracia sindical cutista com o primeiro governo Lula (2003-2006) produziu uma aproximação e, mesmo, um apassivamento da CUT em relação ao novo governo, possibilitada pela processual perda de autonomia da Central em relação ao referido partido. Como afirmam Rossi e Gerab:



O fato de a tendência majoritária do PT, a “Articulação”, ser a mesma que atua na CUT com o mesmo nome e, também, majoritária, já era um comprometimento da autonomia da CUT, devido ao autoritarismo reinante. A chegada de Lula à Presidência da República funcionou como um agravante para o desvio da CUT e dos cutistas dos rumos de um sindicalismo confiável para as maiorias assalariadas (2009, p. 96).

De fato, a CUT já desenvolvia, desde a década de 1990, um “sindicalismo propositivo e cidadão”, com ênfase nas articulações institucionais e participação em espaços tripartites (formado por empresários, Estado e representação dos trabalhadores). Esta tendência, contudo, se agrava a partir de 2003, mediante a eleição de Lula para a Presidência da República. Tem-se, nesta época, a aposta na participação em espaços de negociação criados ou incentivados pelo governo, tais como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT).

Outro agravante é a grande participação de sindicalistas cutistas na gestão do Estado, seja como ministros, a exemplo da indicação de Luiz Marinho (então presidente da CUT) para o Ministério do Trabalho em 2005, seja em diversos outros cargos na esfera governamental e, até mesmo, gerenciando os investimentos de fundos de pensão no mercado financeiro. De acordo com Braga (2012, p. 204):

A década de 2000, contudo, em especial após a eleição presidencial de Lula da Silva, em 2002, foi marcada por uma verdadeira reviravolta “transformista” nas relações entre o sindicalismo brasileiro e o aparelho de Estado (...). Em termos gerais, nunca é demais rememorar que o governo Lula da Silva preencheu aproximadamente metade dos cargos superiores de direção e assessoramento – cerca de 1.305 vagas, no total – com sindicalistas que passaram a controlar um orçamento anual superior a 200 bilhões de reais.

A CUT passa, dessa forma, a evitar tecer críticas contundentes ao novo governo, inclusive em relação às propostas de caráter abertamente neoliberal, como no caso da Reforma da Previdência, em 2003, que teve como foco o desmonte da previdência dos servidores públicos. Até mesmo a Força Sindical, antagonista do PT e da CUT ao longo da década de 1990, cessou suas críticas ao primeiro governo Lula após negociações e concessões de cargos para participar da administração pública.

A partir da denúncia da perda da perspectiva classista e da autonomia sindical, surgem cisões internas com a CUT, originando instrumentos sindicais que propõem o retorno ao sindicalismo combativo. Dentre estas rupturas estão à criação, em 2004, da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) e a criação da Intersindical.



O segundo governo Lula promoveu, ainda, uma reforma sindical (Lei 11.648 de 2008) que oficializou as centrais brasileiras para representar e negociar em nome das entidades a elas filiadas, aumentando o imposto sindical e transferindo, à época, cerca de 100 milhões de reais para essas organizações (BRAGA, 2012). Como resultado, essas medidas estimularam o ritmo elevado de pedidos de reconhecimento de entidades sindicais de trabalhadores – sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais – entre 2012 e 2016. Dessa forma, a cúpula sindical passa por novas cisões e coalizões.

Setores alinhados à esquerda, por sua vez, convocam um CONCLAT, em 2010, e encampam a construção de uma nova central sindical, mediante unificação da Intersindical com a CONLUTAS. No entanto, a unificação sindical não obteve êxito, com a ruptura da Intersindical durante plenária final da Conferência. Como resultado, os delegados que continuaram no evento aprovaram a transformação da CONLUTAS em central sindical, passado a se denominar Central Sindical e Popular/CSP – CONLUTAS.

É nesta complexa e desafiadora conjuntura que o movimento sindical dos trabalhadores da indústria da construção civil de Fortaleza, liderados pelo STICCRMF, adentra as lutas na primeira década do século XXI. Ao longo dos oito anos do governo Lula (2003 a 2010), a categoria dos trabalhadores da construção civil deflagrou cinco greves: 2003, 2004, 2005, 2007 e 2008. Em 2010, nova greve havia sido aprovada, mas, na véspera que antecedia ao movimento paredista, o sindicato patronal apresentou proposta que foi aceita, em assembléia, pelos trabalhadores. A atuação em prol das pautas locais e imediatas não se dissociava da atenção com as discussões sobre os rumos do sindicalismo brasileiro. A campanha nacional pela desfiliação da CUT, iniciada por parte do funcionalismo público federal após a Reforma da Previdência, orquestrada pelo governo petista recém-eleito, reverberou no Ceará.

Os trabalhadores da indústria da construção civil, em assembléia realizada em setembro de 2004, votam a favor da ruptura com a CUT. Sobre isto, Prestes afirma:

Primeiro nós fizemos um rompimento com a CUT. Com a linha política que era travada aí pela CUT nacional, né? E isso nos deu uma visão diferente, de entender que o sindicato não deve ser atrelado ao governo, tem que ser independente de governo e de patrão. E que a política sindical, por ela ser economicista, ela tem sua demanda diferente de uma política mais eleitoreira, voltada pra questão parlamentar. Então, a gente fez esse



diferencial e entendeu que independente de qual seja o governo que esteja no poder, se for um governo a serviço do capital ele não representa os anseios da classe trabalhadora. Então isso nos deu o diferencial. Acreditamos que a questão do lulismo atrapalhou muito, porque a... as Reformas Sindical e Trabalhista aconteceram e passou como se fosse uma “faca numa melancia”, porque as centrais não tavam discutindo o interesse da classe trabalhadora, tavam discutindo os interesses delas, que era a questão do Imposto Sindical, se o governo mantivesse, beleza, se não mantivesse é que iam mobilizar o pessoal, e aí quem tá se ferrando? (Prestes, março de 2018).

Em 2010, como já dito, a CONLUTAS se transforma em central sindical, denominando-se CSP-CONLUTAS, contando com a filiação do STICCRMF a esta central, deste então.

Ainda durante os oito anos de governo Lula, três eleições sindicais ocorreram para a diretoria do STICCRMF, em sintonia com as reconfigurações do movimento sindical nacional: em 2003, 2006 e 2009. De acordo com Farias (2013b):

Em 2003, a direção foi resolvida através da convenção cutista. Ao final do processo, na direção colegiada permaneceram PSTU, PT e PCB, com o primeiro obtendo majoritariamente o maior número de cargos na direção. Em 2006, ocorreram eleições bem polarizadas. Foi a primeira eleição após a desfiliação do STICCF da CUT e esse motivo para ter duas chapas concorrendo. A Chapa 1 apoiada pela CONLUTAS e a Chapa 2 apoiada pela CUT. A Chapa 1 composta por membros do PSTU e PCB venceram o pleito. Por fim, em 2009, a eleição ocorreu com chapa única composta por membros que compuseram a última gestão da entidade (2013b, p. 91).

Em 2006, a Chapa 1, apoiada pela CONLUTAS e composta por PSTU e Unidade Classista/PCB, venceu o pleito para diretoria do STICCRMF com 66% dos votos. Chegava ao fim, portanto, a participação de sindicalistas cutistas no sindicato dos trabalhadores da indústria da construção civil de Fortaleza, iniciada quando estes venceram as eleições sindicais em 1988.

Durante os governos de Dilma Rousseff (2011-2015) ocorreram duas eleições sindicais do STICCRMF, em 2012 e em 2015, sempre repetindo a dobradinha Unidade Classista/PCB e PSTU.

6 Desafios para um sindicalismo classista: do Golpe de 2016 ao “bolsonarismo”

Uma nova conjuntura nacional se abre, contudo, em 2016, com o Golpe que alçou Michel Temer à presidência da República, a prisão de Lula, em abril de 2018 e a articulação da extrema-direita, capitaneada por Jair Bolsonaro, para a disputa das



eleições presidenciais de outubro do mesmo ano. As eleições sindicais do STICCRMF, em maio de 2018, reverberaram este contexto político para o interior da categoria, configurando um interessante capítulo na história desta entidade sindical. Três chapas se inscreveram para o pleito: A Chapa 1 “União e Luta” (Unidade Classista/PCB e Resistência/PSOL) saiu vitoriosa, com 740 votos (36% dos votos válidos); em segundo lugar, a Chapa 2 “É Nós” (chapa de oposição, apoiada pela CUT), obteve 705 votos (34%); e, por último, ficou a Chapa 3 “Juntos e Misturados” (PSTU), com 640 votos (30%).

A política do governo Temer e os retrocessos no mundo do trabalho, através da aprovação da Contrarreforma Trabalhista teve, sem dúvida, os sindicatos como alvo prioritário. Dados oficiais mostram que em 2018, primeiro ano da contrarreforma, a arrecadação do imposto sindical caiu quase 90%, de R\$ 3,64 bilhões em 2017 para R\$ 500 milhões no ano passado. O impacto foi maior para os sindicatos de trabalhadores, cujo repasse despencou de R\$ 2,24 bilhões para R\$ 207,6 milhões. O ex-diretor Lamarca assim nos informa sobre esse novo momento para a luta sindical:

Os impactos na construção civil tão prejudicando, inclusive, o sindicato. Porque, até então, depois da reforma trabalhista, as empresas, se descontaram dos trabalhadores o assistencial, não repassaram pro sindicato no mês de dezembro [de 2017]. E com a reforma trabalhista também teve a questão do imposto sindical que não se tornou obrigado ser descontado, e as empresas, elas fizeram, tipo, uma coletividade dentro do setor, convocando os trabalhadores e orientando pra que não aceitassem ser descontado. Então a arrecadação do sindicato diminuiu 90%. Ai com isso ta prejudicando, também, o funcionamento do sindicato (Lamarca, junho de 2018).

Como alternativa à proibição do imposto sindical, o STICCRMF utilizou a tática de aprovar, em assembleia da categoria, o desconto assistencial. Para isso, travou uma batalha ideológica nos locais de trabalho, ao enfrentar uma campanha organizada pelo sindicato patronal SINDUSCON/CE, no sentido de pressionar os/as trabalhadores/as para que não financiassem, de forma facultativa, seu sindicato.

A reforma trabalhista de Temer enfraqueceu a representação sindical, enquanto Jair Bolsonaro, por meio de Medidas Provisórias (MPs), tem intensificado os ataques, tentando inviabilizar a própria sustentabilidade financeira das entidades. A MP 873/19, que altera, basicamente, questões de contribuição e custeio do sindicato, pretende que as contribuições sindicais sejam pagas via boleto bancário,



emitidos diretamente pelo sindicato ao empregado, em vez de desconto em folha. Assim, afirma Montenegro:

O momento que nós se encontra hoje tá difícil... porque teve muitas mudanças e essa reforma trabalhista no governo do Temer e agora proposta também no governo Bolsonaro, que tá agora com essas MP's sendo lançadas, que faz a retirada de direitos de contribuições sindicais. Por exemplo, aquela MP do boleto individual, o governo quer que o próprio operário vá numa lotérica, gerar um boleto e fazer um pagamento individual, e claro que isso vai dificultar cada vez mais, porque nem para pagar uma água, uma luz, o trabalhador as vezes não quer ir, quer que outra pessoa vá, imagine ele ir lá para pagar entidade sindical dele... tem muitos deles também fazem aquela carteirinha de filiação e eles mesmo dizem "rapaz, eu vou fazer aqui mas como é que eu vou pagar? Que agora tá com essa lei aí, eu não vou pagar em nenhum canto não, tem que ser aqui e acabou". Isso daí já é pra enfraquecer o movimento sindical (Montenegro, abril de 2019).

Dessa maneira, até mesmo contribuições assistenciais aprovadas em assembleia de trabalhadores/as e descontadas em folha de pagamento seriam invalidadas. A medida, portanto, tinha como objetivo retirar das entidades sindicais os recursos que ainda lhes restam após a reforma trabalhista. Contudo, após muita polêmica e demonstrações de resistências, a proposta perdeu a validade em 28 de junho de 2019, após ficar parada no Congresso desde o seu envio, em 1º de março. Com isso, a contribuição pôde voltar a ser descontada diretamente do contracheque, desde que haja autorização expressa do trabalhador.

Apesar desta pequena, mas importante, derrota do governo Bolsonaro, o sindicalismo brasileiro enfrenta graves desafios nesta conjuntura. A recessão econômica e o desemprego, que atinge 13 milhões de brasileiros, bem como o avanço da ofensiva conservadora no País, dificultam a capacidade de mobilização dos sindicatos para o enfrentamento em prol da ampliação ou manutenção de direitos, bem como da própria preservação das entidades da classe trabalhadora.

Considerações finais

Diante do exposto, evidencia-se, com o agravamento da crise capitalista, a profunda deterioração das condições de trabalho no Brasil, a exemplo do setor da construção civil e o incremento da superexploração da força de trabalho. Intensificam-se problemas crônicos, como o trabalho desprotegido e o desemprego estrutural, atingindo, especialmente, mulheres, jovens e os menos escolarizados. Nota-se, ainda, que as regiões metropolitanas nordestinas, em especial Fortaleza, apresentam as piores condições de trabalho, uma marca estrutural da formação



socioeconômica do capitalismo brasileiro, marcada por profundas diferenças regionais, que articulam, de modo desigual e combinado, os elementos “modernos” e “arcaicos” (OLIVEIRA, 2013).

Se não for revertida, a tendência para os próximos anos é um aprofundamento ainda maior do processo de precarização estrutural do trabalho, entendido como um fenômeno contemporâneo e sintomático da crise civilizacional, produzida pelo sistema do capital, espalhando-se para além do rebaixamento salarial, a envolver, também, a precarização da existência dos trabalhadores.

Diante do cenário de incremento da superexploração da força de trabalho na indústria da construção civil, os/as trabalhadores/as do setor, em Fortaleza, sob direção do STICCRMF, tem protagonizado lutas, deveras significativas, por melhores condições salariais e de trabalho. De fato, tais lutas por reajuste salarial acima da inflação, pela efetivação das leis e normas relacionadas à segurança do trabalho, contra a ampliação da jornada de trabalho por meio da implementação do banco de horas, dentre outras, desempenham importante papel no sentido de mitigar os efeitos mais perversos da superexploração, em curso no setor. Assim, o STICCRMF destaca-se como importante instrumento de articulação e mobilização da categoria, obtendo, inclusive, considerável reconhecimento dos demais movimentos sindicais e populares de Fortaleza.

O contexto de ofensiva das forças do capital estabelece novos patamares da luta de classes no País, pois o avanço do conservadorismo e da extrema-direita, no âmbito da sociedade civil e da sociedade política, ora em curso, tende a dificultar as formas de resistência dos/as trabalhadores/as brasileiros/as. Nesse sentido, são sintomáticos os sistemáticos ataques às representações sindicais – inclusive, via inviabilização financeira destas entidades - e a criminalização dos movimentos sociais no Brasil, com crescentes números de casos de lideranças populares assassinadas em todo território nacional. Tal cenário impõe a necessidade de reelaboração e, mesmo, reinvenção das táticas e estratégias destes movimentos sindicais e populares, na perspectiva de não apenas resistir contra a retirada de direitos sociais arduamente conquistados, mas também de recobrar o protagonismo e a ofensiva política, em direção a um horizonte de superação da superexploração da força de trabalho e de construção de uma sociedade para além do capital.

REFERÊNCIAS



BOITO JR, A. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Revista Crítica Marxista**. Sumário 3, 1996. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo260Art1.6.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019

BRAGA, R.. **A política do precariado** – do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012. 263p.

CARVALHO, A. M. P.; GUERRA, E. C.. O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica. **Revista de Políticas Públicas**, v. 19, p. 41-60, 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321143201003>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

FARIAS, P. E. L. **Dos canteiros de obra ao sindicato**: a formação política das lideranças da construção civil sob a égide do sindicalismo classista. 2013b. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza 2013.)

FURTADO, M. J. de A. **A construção da miséria**: um estudo sobre trabalhadores da construção habitacional. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFC. Fortaleza: 1985.

HARVEY, D.. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. In: TRASPADINI, R. e STEDILE, J.P. (orgs) Ruy Mauro Marini – Vida e Obra. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 137-180p.

MENDES, J. E. **Trabalhadores da construção civil de Fortaleza**: uma história de luta e aprendizado (1988-1991). 1994. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1994.

MÉSZÁROS, I.. **Crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NÓBREGA, Y. H.. **Operários em construção**: As experiências sindicais dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza entre as décadas de 1970 e 1990. Dissertação de Mestrado em História Social, UFC. Fortaleza: 2006.

OLIVEIRA, F.. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. 1. ed., 4. reimpr. – São Paulo, SP: Boitempo, 2013. 152 p.

OSÓRIO, J.. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. S. (orgs.) **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012b.

ROSSI, W.; GERAB, W. J. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

